



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2025  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO  
PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO  
PARANAÍBA – CIDES E CASTRO NAVES E  
SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S.A.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES E FUNDAMENTO**

**CONTRATANTE:** Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, inscrito no CNPJ nº 19.526.155/0001-94, com sede a Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia-MG, doravante denominado simplesmente contratante, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Francisco Lourenço Borges Neto, brasileiro, agente político, inscrito no CPF nº (em sigilo).

**CONTRATADO:** PRADO E RIZZA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrito no CNPJ nº 51.237.166/0001-80, com sede à Avenida Brasil Nº 3124, Bairro: Brasil, CEP: 38.400-718, neste instrumento denominada Contratada, representada pelo Sr. Yago Lucas Rizza Silva e Sousa, portador do CPF nº (em sigilo).

**FUNDAMENTO:**

O presente contrato fundamenta-se:

- No Processo nº 006/2025, Dispensa de Licitação nº 005/2025, na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações correspondentes;
- nos termos propostos pela Contratante, que não contrariem o interesse público;
- nos preceitos de direito público; e
- supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO CONTRATADO**

2.1 O presente Contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza e utensílios de copa e cozinha para suprir as necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba., conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SABÃO EM BARRA – SABÃO EM BARRA GLICERINADO, NEUTRO, TESTADO	PACOTE	4	R\$ 6,98	R\$ 27,92

	DERMATOLOGICAMENTE, 180 GRS, PACOTE COM 5 BARRAS				
2	ÁGUA SANITÁRIA 5L – ÁGUA SANITÁRIA BACTERICIDA E FUNGICIDA, HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CARBONATO DE SÓDIO E ÁGUA. TEOR DE CLORO ATIVO: 2,0% A 2,5% P/P	GALÃO	8	R\$ 9,79	R\$ 78,32
3	DESINFETANTE 5L – LIMPADOR E BACTERICIDA, PH: 6,0-7,5	GALÃO	10	R\$ 9,17	R\$ 91,70
4	SACO DE LIXO 100L – REFORÇADO, FABRICADO EM PEBD POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE RECICLADO, EXTRA- FORTE, CAPACIDADE DE 100L, COM ESTANQUEIDADE SUFICIENTE PARA QUE NÃO HAJA VAZAMENTO DE LIXO LÍQUIDO, EM CONFORMIDADE COM A NBR 9190 E 9191. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO NBR, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	6	R\$ 84,99	R\$ 509,94
5	SACO DE LIXO 60L – REFORÇADO, FABRICADO EM PEBD POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE RECICLADO, EXTRA- FORTE, CAPACIDADE DE 60L, COM ESTANQUEIDADE SUFICIENTE PARA QUE NÃO HAJA VAZAMENTO DE LIXO LÍQUIDO, EM CONFORMIDADE COM A NBR 9190 E 9191. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO NBR, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	5	R\$ 87,00	R\$ 435,00

6	<b>LÃ DE AÇO</b> – ESPONJA DE LÃ DE AÇO CARBONO, DE TEXTURA MACIA, ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, PACOTE DE 60G COM 8 UNIDADES	PACOTE	4	R\$ 2,38	R\$ 9,52
7	<b>PANO DE LIMPEZA MULTIUSO 35G</b> – ROLO DE 28CM X 240M COM 600 PANOS DE 40 CM	ROLO	1	R\$ 82,99	R\$ 82,99
8	<b>LIMPADOR MULTIUSO</b> – TAMANHO 500ML	UNIDADE	20	R\$ 2,79	R\$ 55,80
9	<b>DETERGENTE NEUTRO</b> – DETERGENTE LÍQUIDO EMBALAGEM 5L, ESPECIFICAMENTE PARA USO EM TRATAMENTO DE PISOS	GALÃO	16	R\$ 14,10	R\$ 225,60
10	<b>VASSOURA MACIA COM CERDAS DE NYLON</b> – ALTURA MÍNIMA DAS CERDAS 10 CM, COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO: 1,50M. AS CERDAS NÃO DEVERÃO SE SOLTAR COM FACILIDADE. BASE DE PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 30CM.	UNIDADE	3	R\$ 12,18	R\$ 36,64
11	<b>ESPANADOR</b> – MÉDIO, COM CERDAS DE NYLON, TAMANHO 47 CM	UNIDADE	2	R\$ 13,68	R\$ 27,36
12	<b>PANO DE PRATO</b> – ATOALHADO, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 71 CM E LARGURA 40 CM, COR BRANCA	UNIDADE	4	R\$ 4,78	R\$ 19,12
13	<b>COPO DESCARTÁVEL</b> – COPO PLÁSTICO 100% BIODEGRADÁVEL, PS, RECICLÁVEL, 180 ML COM CERTIFICADO NORMA ABNT, EMBALAGEM	CAIXA	2	R\$ 110,20	R\$ 220,40

	LACRADA EM PACOTE DE 100 UNIDADES.				
14	<b>PAPEL TOALHA INTERFOLHADO</b> – BRANCO, LUXO, INTERFOLHADO, TAMANHO 20 CM X 21CM, PACOTES UNIDADES, SENDO 1.000 FOLHAS EM CADA PACOTE	PACOTE	105	R\$ 15,60	R\$ 1.638,00
15	<b>FOSFORO</b> – BOA QUALIDADE- PACOTE COM 10 CAIXAS COM 40 FOSFOROS. FOSFORO, MATERIAL CORPO: MADEIRA, COR CABEÇA: VERMELHA	PACOTE	4	R\$ 3,30	R\$ 13,20
16	<b>COADOR DE CAFÉ</b> – TAMANHO M (16CM), REUTILIZAVEL, CONFEÇÃO E, ALGODÃO 100% COMPRIMENTO DO CABO: 8 CENTIMETROS, DIÂMETRO EXTERNO DO ARO (13CM), DIÂMETRO INTERNO DO ARO (11,5CM) – CABO DE MADEIRA	UNIDADE	3	R\$ 4,10	R\$ 12,30
17	<b>SAPONÁCEO CREMOSO</b> MULTIUSO 450 ML, REFERÊNCIA: CIF	UNIDADE	3	R\$ 14,53	R\$ 43,59
<b>VALOR TOTAL: R\$ 3.527,40</b>					

### CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Cumprir todas as obrigações expostas neste Termo de Referência e demais documentos que regem este Processo;
- Cumprir todas as obrigações firmados em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na

- qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
  - f) Comunicar o Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - g) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - h) Indicar e manter meios de comunicação eficientes, durante e após a execução do objeto;
  - i) Fornecer produtos novos, em perfeito estado de conservação, devidamente embalados e com prazo de validade adequado.
  - j) Substituir, sem ônus para o Consórcio, quaisquer produtos que apresentem defeitos, estejam em desacordo com as especificações ou não atendam aos requisitos mínimos de qualidade.
  - k) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega dos produtos, conforme cronograma acordado com o Consórcio.
  - l) Manter sigilo sobre informações internas do Consórcio às quais tiver acesso durante a execução do contrato.
  - m) Substituir, sem ônus para o CONSÓRCIO, qualquer produto entregue que apresente defeitos de fabricação, divergência nas especificações ou prazo de validade vencido;
  - n) Manter os produtos armazenados em condições adequadas até a entrega, de modo a preservar suas características originais e evitar danos ou contaminações;
  - o) Respeitar os prazos e locais de entrega estipulados pelo CONSÓRCIO, assegurando pontualidade e eficiência na distribuição dos materiais;
  - p) Atender a todas as normas técnicas e regulamentares vigentes, incluindo as estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos competentes;
  - q) Arcar com os custos de transporte, carga, descarga e seguro dos produtos até a entrega no local indicado pelo CONSÓRCIO;
  - r) Informar previamente ao CONSÓRCIO qualquer imprevisto que possa impactar os prazos de entrega, buscando soluções para minimizar os impactos;
  - s) Garantir que todos os produtos fornecidos estejam dentro do prazo de validade adequado ao consumo ou uso pretendido;

#### **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 4.1 Efetuar os pagamentos na forma definida da Cláusula Quinta;
- 4.2 Fiscalizar a execução do objeto;
- 4.3 Enviar previamente ordem de serviço, conforme modelo presente no aviso de dispensa;

4.4 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTES CONTRATUAIS**

5.1 Pela execução do objeto do contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA o valor global contratado de R\$ 3.527,40 (três mil e quinhentos e vinte e sete reais e quarenta centavos).

5.2 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da nota de empenho;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

5.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no termo de referência, no contrato ou documento equivalente;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 5.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 5.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.9 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 5.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 5.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme regras já expostas.
- 5.12 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 5.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.15 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.16 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- 5.17 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Para a realização das despesas objeto desse contrato será alocado o seguinte crédito do orçamento vigente: 10.10. 04.122.1001. 2 0001  
4.4.90.52

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente contrato terá vigência a contar da data de assinatura até dia 17/08/2025, podendo ser renovado, respeitado o limite legal para dispensa, nas hipóteses elencadas no Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

Multa:

I – moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 133, §1º da Resolução CIDES 11/2023).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 132, §2º da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 148 da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 138, I da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 160 da Resolução CIDES 11/2023):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- f) situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

